



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARATINGUETÁ

www.facebook.com/CMDCAGuaratingueta

Rua Dom Bosco, nº 07, São Benedito, Guaratinguetá/SP – CEP: 12502-070

CNPJ: 18.980.042/0001-00

Telefone: (12) 3133-2163 (12)3122-3157

1 ATA N.º08 – Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

2

3

Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada no dia 05 de agosto de 2021, às 8:30h, por vídeo conferência pelo Google Meet.

4

5

6

7

8 No dia cinco de agosto de dois mil e vinte e um, às oito horas e trinta minutos, reuniram-se pela
9 plataforma do Google Meet, os conselheiros: Eliane Cruz (Fundo Social de Solidariedade),
10 Admilson Pedroso de Lima (Secretaria Municipal de Esportes), Luciana Silva (pais e
11 responsáveis por crianças e adolescentes), Miriam Cavalheiro da Silva (Obra Social Nossa
12 Senhora da Glória – Fazenda da Esperança), Fatima Aparecida Aires de Oliveira (Secretaria
13 Municipal de Assistência Social), Vivian Fontes (OAB de Guaratinguetá), Giulianie Aparecida
14 Machado (Serviço de Obras Sociais), Ana Carolina Cursino Silva Aman (Secretaria Municipal de
15 Assistência Social), Elis Regina Campos Moura de Oliveira (Serviço de Ação Social da Igreja
16 Metodista de Guaratinguetá), Ana Maria Pelucio de Andrade Almada (Secretaria Municipal da
17 Educação), Mara Stefania Pereira Paiva (Secretaria Municipal de Saúde), Vânia Cristina Barros
18 de Miranda (Secretaria Municipal da Fazenda-Contabilidade), Andrea Lauermann (ILA), Eugênia
19 Christina Bezerra de França Silva (Creche Nova Vida), Eliane Helena da Silva (APAE de
20 Guaratinguetá), Michelle Carvalho Rocha (Casa da Criança Laura Vicuña - Obra Social Nossa
21 Senhora da Glória), Luciana Ferreira (Secretaria da Administração) e Bruna Danielen Oliveira
22 Santos (Guarda Mirim). Os convidados representantes da Secretaria Municipal de Assistência
23 Social: Marcos Evangelista da Silva Rodrigues (Secretário da Assistência), Ana Paula Galvão
24 Rosa (assistente social do CRAS Centro), Danielle Barros Calheiros (assistente social) e Marina
25 Kazue Suzuki (coordenadora do CREAS). A reunião foi aberta pela presidente, dando boas-vindas
26 aos presentes. **Pauta 1) Leitura e aprovação da ata Reunião Ordinária de 08.07.2021:**
27 realizada leitura por Bruna (conselheira) foram feitos alguns apontamentos de correção pelo
28 colegiado e ao final da leitura foi aberta votação via chat, com aprovação por unanimidade. **Pauta**
29 **2) Reunião com a equipe técnica da Assistência Social – Tema Trabalho Infantil:** Luciana
30 (presidente) iniciou a pauta justificando que a reunião extraordinária prevista para 29/07/2021
31 com participação dos representantes da Secretaria da Assistência Social não ocorreu por
32 dificuldades de horários disponíveis da Secretaria de Assistência Social. Luciana (presidente)
33 disse que o tema tem chamado a atenção do Conselho devido às notícias e observações de casos
34 que apontam para o aumento de crianças e adolescentes que se encontram nas ruas/faróis, batendo
35 em casas para “pedir comida e dinheiro”, vulneráveis ao tráfico de drogas e a prostituição. E até
36 exemplificou um caso recente de um adolescente que bateu na porta de sua casa pedindo dinheiro
37 para comprar gás, e que o orientou a procurar o CRAS do Parque São Francisco. O adolescente
38 respondeu que a família teria ido ao CRAS, mas não chegou a entrar porque foi informado por
39 uma pessoa na frente do local que o vale gás era somente para atender moradores da cidade de
40 São Paulo. Marina (coordenadora do CREAS) pediu a palavra e disse que em relação ao trabalho



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARATINGUETÁ

www.facebook.com/CMDCAGuaratingueta

Rua Dom Bosco, nº 07, São Benedito, Guaratinguetá/SP – CEP: 12502-070

CNPJ: 18.980.042/0001-00

Telefone: (12) 3133-2163 (12)3122-3157

41 do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) são realizadas abordagens
42 diurnas e noturnas para a identificação de casos, e relatou a dificuldade em identificá-los de
43 imediato e quando identificado são encaminhados aos Serviços de Convivência e Fortalecimento
44 de Vínculos (SCFV). Mariana (coordenadora do CREAS) disse que nas abordagens noturnas
45 realizadas até o presente momento não foram identificadas nenhuma situação de trabalho infantil,
46 e que no período diurno a identificação ocorre através de denúncias. Amanda (ouvinte)
47 manifestou via chat da plataforma: “Luciana, apenas contribuindo: tem uma família na porta do
48 supermercado máximo, que uma criança vende os panos de prato sob orientação dos adultos. Eu
49 fico muito preocupada, ainda mais que na última vez que os encontrei era próximo das 22h nessas
50 noites de muito frio”. Leila, do Conselho Tutelar, respondeu via chat: “O menino que fica no
51 Máximo mora na rua de trás do supermercado e é acompanhado constantemente pelo Conselho
52 Tutelar, sendo de conhecimento da Promotoria a situação desse adolescente”. Marcos Evangelista
53 (Secretário da Assistência Social) iniciou fala dizendo ser válido o diálogo sobre as questões
54 relacionadas ao trabalho infantil sendo importante ampliar esse debate, e que havia recebido
55 através de ofício do CREAS e Conselho Tutelar resposta de não haver registro de trabalho infantil
56 em acompanhamento nestes equipamentos. Marcos (Secretário da Assistência Social) falou sobre
57 a importância da relação entre as organizações (OSC's) e os Centros de Referência de Assistência
58 Social (CRAS's) uma vez que não existe registro em sistema do SUAS sobre a trabalho infantil, e
59 que os casos identificados devem ser comunicados de imediato ao Centro de Referência
60 Especializado de Assistência Social (CREAS). Fatima (assistente social do CRAS Parque São
61 Francisco) pediu a palavra e disse não ter conhecimento do fato citado anteriormente por Luciana
62 envolvendo o adolescente que buscou orientação no Centro de Referência de Assistência Social
63 (CRAS), e que o adolescente realmente não deve ter adentrado o equipamento, sugerindo que
64 sempre que ocorrer esse tipo de situação, os usuários sejam orientados a procurar a informação
65 dentro do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), na sequência Fatima esclareceu os
66 procedimentos quanto ao benefício Vale gás, que segundo os critérios do Governo do Estado de
67 São Paulo a família não pode receber o Bolsa Família, o que inviabiliza atender muitas famílias
68 diante desta demanda no município. Luciana (presidente) realizou os seguintes questionamentos
69 aos convidados: Quais são os demais procedimentos realizados nos casos identificados de
70 trabalho infantil? O que é feito por essa criança ou adolescente? Qual acompanhamento é
71 realizado após seu encaminhamento ao Serviço de Convivência e fortalecimento de Vínculos? O
72 que a família consegue acessar de serviços quando é encaminhada para o Centro de Referência
73 Especializado de Assistência Social (CREAS)? Marcos (Secretário da Assistência) respondeu que
74 os casos são inclusos ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e é dada
75 prioridade em programas da assistência social. Fatima (assistente social do CRAS Parque São
76 Francisco) contou que o caso citado no grupo de WhatsApp do CMDCA em semanas anteriores
77 em que havia um adolescente vendendo balas no farol da Rua Joaquim Maia, trata-se de Ezequiel
78 (15 anos) e que a família não apresenta situação de vulnerabilidade econômica, o caso é
79 acompanhado pelo Conselho Tutelar e algumas ações de acompanhamento via Centro de
80 Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), contudo o adolescente não responde ao



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARATINGUETÁ

www.facebook.com/CMDCAGuaratingueta

Rua Dom Bosco, nº 07, São Benedito, Guaratinguetá/SP – CEP: 12502-070

CNPJ: 18.980.042/0001-00

Telefone: (12) 3133-2163 (12)3122-3157

81 “acompanhamento”, o adolescente relatou em atendimento recente que optou por vender bala
82 porque ganha R\$150,00 por dia no farol, e quer comprar as “coisas dele” e uma bicicleta elétrica
83 que sua mãe não tem condições de comprar. Fatima (assistente social do CRAS Parque São
84 Francisco) contou que o adolescente apresenta déficit de aprendizagem, está sob
85 acompanhamento da escola por meio remoto, e que o conselheiro tutelar Jonas Cavalca havia
86 informado que irá encaminhar o adolescente para inclusão no Programa da Aprendizagem via
87 Guarda Mirim. Ana Paula (assistente social CRAS Centro) disse que os casos identificados são
88 pontuais e acompanhados em parceria com as organizações que desenvolvem Serviço de
89 Convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV), mas que a pandemia dificultou o acesso dos
90 usuários ao serviço, e que entende que o trabalho infantil trata-se de uma questão cultural. Marina
91 (coordenadora do CREAS) disse que esse caso especificamente é uma questão cultural, e que avó
92 quem cuida do adolescente, pois a mãe dele é bipolar e perdeu a guarda/tutela dele. Leila
93 (conselheira tutelar) pediu a palavra e disse que realmente não há registro de casos e quando há é
94 1 por ano e sempre são as mesmas crianças. Luciana (presidente) questionou que considerando
95 que os casos são direcionados aos Serviços de Convivência e fortalecimento de Vínculos (SCFV)
96 executados pelas organizações da sociedade civil, e ainda considerando as diversas situações da
97 complexidade do atendimento remoto, identificadas em relatório emitido pelo CMDCA, como
98 está o processo de retomada para que fosse mais efetivo o acompanhamento via organizações?
99 Marcos (Secretário da Assistência Social) disse que o Plano de Contingência da Assistência Social
100 para retomada das organizações, encontra-se finalizado, contudo, não há decreto municipal que
101 autorize o retorno das atividades da assistência social, mas que na mesma semana desta reunião
102 trataria da necessidade de novo decreto com Gestor Municipal, e após decreto o Plano seria
103 publicado. Bruna (conselheira) pediu a palavra e disse que cabe refletir que trabalho infantil não
104 se trata somente dos casos expostos, visto nos faróis e ruas, mas que há diversas formas de
105 trabalho infantil, inclusive em situações domésticas, e que a falta de informação quanto a
106 realidade de trabalho infantil no município, é decorrente de diversos fatores, sendo um deles a
107 ausência da Vigilância Socioassistencial, que trata-se de uma importante ferramenta para
108 identificação das reais demandas e a ausência da implementação do Programa de Erradicação
109 Trabalho Infantil (PETI) é outro fator. Bruna (conselheira) disse que há uma riqueza e diversidade
110 na Política da Assistência Social, com uma gama de possibilidades de articulação,
111 acompanhamento e atendimento de seus usuários, e que entende que o Programa de Erradicação
112 Trabalho Infantil (PETI) deve estar articulado ao Serviço de Convivência e fortalecimento de
113 Vínculos (SCFV), contudo que a ausência do Plano de Contingência que possibilita a retomada da
114 execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e Serviço de Proteção e
115 Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) trata-se de um elemento importante a
116 ser considerado que impossibilita a identificação e acompanhamento dos usuários da assistencial
117 social, bem como que a falta de vigilância socioassistencial também deve ser considerada para
118 monitoramento e identificação de casos de forma efetiva. Bruna (conselheira) disse que preocupa
119 o cenário pós pandemia, visto todas medidas advindas da Secretaria de Assistência Social, não
120 considerar as demandas existentes na Proteção Social durante a pandemia, pois todas ações estão



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARATINGUETÁ

www.facebook.com/CMDCAGuaratingueta

Rua Dom Bosco, nº 07, São Benedito, Guaratinguetá/SP – CEP: 12502-070

CNPJ: 18.980.042/0001-00

Telefone: (12) 3133-2163 (12)3122-3157

121 sendo planejadas para execução pós pandemia, e finalizou a fala dizendo quanto ao
122 encaminhamento a ser feito pelo Conselho tutelar para inclusão na Guarda Mirim do adolescente
123 citado, que devem lembrar que a ausência de diretrizes advindas do Plano de Contingência,
124 impossibilita inclusive a retomada de atendimentos, e que desde início da pandemia não ocorreu
125 inclusão de novos usuários, pois aguarda-se emissão do referido Plano. Marcos (secretário da
126 assistência) disse quanto à vigilância socioassistencial que aguarda a possibilidade de concurso
127 público para a contratação de Recurso Humano para tal função, e que o Programa de Erradicação
128 Trabalho Infantil (PETI) não foi implementado no município, pois não há dados que comprovem
129 sua necessidade, e que a vigilância é importante, mas não é fundamental para erradicação do
130 trabalho infantil. Marina (coordenadora do CREAS) disse quanto ao Programa de Erradicação
131 Trabalho Infantil (PETI) não foi implementado por falta de diagnóstico municipal, e ausência de
132 dados que comprovem a situação. Luciana (presidente) disse que outras cidades já retomaram os
133 atendimentos e que a ausência do Plano acarreta prejuízos às organizações e usuários. Luciana
134 (presidente) finalizou a pauta dizendo que todos precisam refletir sobre a “romantização” do
135 trabalho infantil, e que cabe desenvolvimento de ações efetivas que conscientize a população
136 sobre riscos dessa “romantização”, sugerindo que a Assistência Social crie um grupo de estudo
137 sobre o tema. **Pauta 3) Justificativa de ausência Reunião Ordinária da Conselheira Vivian:**
138 Bruna (conselheira) fez a leitura da justificativa da conselheira Vivian (representante da OAB),
139 com aprovação por unanimidade do colegiado para acolhimento da justificativa. **Pauta 4)**
140 **Situação de Ofícios enviados janeiro/junho sem resposta:** Luciana (presidente) abriu a pauta e
141 passou palavra a conselheira Bruna que explicou que como ação administrativa foi realizado
142 levantamento através das atas de 2021 do CMDCA, dos ofícios enviados que encontravam-se sem
143 resposta, e que conforme previsto em deliberação anterior deste conselho, os ofícios sem
144 respostas foram devidamente reiterados em julho, e que ainda em concordância com a presidente,
145 foi realizado contato individual com conselheiros representantes das referidas secretarias e OSC
146 para que verificassem a situação. Bruna esclareceu que no contato com os representantes da OSC
147 e secretarias envolvidas, houve questionamentos por parte das secretarias e OSC quanto ao
148 protocolo de envio dos ofícios, sendo a alegação da Secretaria da Educação e Casa Laura Vicuña,
149 que não havia ofícios a responder ao Conselho. Bruna esclareceu que acordou com esses
150 representantes que teria que verificar os protocolos no arquivo do CMDCA que fica na Secretaria
151 de Assistência Social, mas que os ofícios seriam enviados via e-mail para providência de resposta.
152 Bruna disse que, na data 29/07/2021, ela e Luciana, estiveram na Secretaria de Assistência Social
153 para acessar o arquivo do CMDCA e identificaram falhas nos arquivos, protocolos não
154 encontrados, ofício que havia sido recebido em abril/2021 mas não entregue a executiva para
155 pautar, entre outros problemas. Andreia (conselheira) manifestou via chat: “Gostaria de
156 acrescentar que o conselho da PCD tem o mesmo problema. Ofícios que não são respondidos.
157 Quando vamos verificar, as pessoas acusam que não recebem. O erro pode estar na secretaria do
158 conselho”. Bruna realizou apresentação em tela, do levantamento detalhado de cada deliberação
159 do CMDCA em 2021: 1. Quanto a Secretaria Municipal de Assistência Social total de 14 ofícios,
160 sendo: Ofício 07/2021 datado em 11/01/2021 reiterado através do Ofício nº 63/2021 datado em



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARATINGUETÁ

www.facebook.com/CMDCAGuaratingueta

Rua Dom Bosco, nº 07, São Benedito, Guaratinguetá/SP – CEP: 12502-070

CNPJ: 18.980.042/0001-00

Telefone: (12) 3133-2163 (12)3122-3157

161 12/07/2021, Ofício Nº 27/2021/CMDCA datado em 18/02/2021 reiterado através do Ofício nº
162 63/2021 datado em 12/07/2021, Ofício Nº 28/2021/CMDCA datado em 22/02/2021 reiterado
163 através do Ofício nº 63/2021 datado em 12/07/2021, Ofício Nº 38/2021/CMDCA datado em
164 18/02/2021 reiterado através do Ofício nº 63/2021 datado em 12/07/2021, Ofício nº 42/2021
165 datado em 12/03/2021 reiterado através do Ofício nº 52/2021 datado em 11/05/2021 e Ofício nº
166 63/2021 datado em 12/07/021, Ofício nº 46/2021 datado em 14/04/2021 reiterado através do
167 Ofício nº 53/2021 datado em 11/05/2021 e Ofício nº 63/2021 datado em 12/07/2021. Bruna disse
168 que realizou contato com a conselheira Fatima que representa a SMAS, mas que não obteve
169 resposta até a presente data e perguntou a Ana Carolina também representante da Secretaria de
170 Assistência se tinha informação sobre a situação e Ana Carolina respondeu que não. 2. Quanto a
171 Secretaria Municipal da Saúde: Ofício Nº 30/2021/CMDCA datado em 22/02/2021 reiterado
172 através do Ofício nº 68/2021 datado em 12/07/2021, mas que foi identificado no arquivo do
173 CMDCA que fica na Secretaria de Assistência que o ofício havia sido respondido em abril, mas o
174 Conselho não recebeu para pautar, e que na sequência seria dado recebimento do referido ofício
175 da Secretaria de Saúde. 3. Quanto a Secretaria da Educação: Ofício nº 16/2021 datado em
176 22/01/2021 reiterado através do Ofício nº 64/2021 datado em 12/07/2021, Ofício nº 62/2021
177 datado em 12/07/2021, Ofício nº 71/2021 datado em 12/07/2021; Ofício nº 73/2021 datado em
178 12/07/2021 e que na sequência seria dado recebimento do referido ofício resposta da Secretaria de
179 Educação. 4. Quanto ao Gabinete do Executivo: Ofício 10/2021 datado em 11/01/2021 reiterado
180 através do Ofício nº 65/2021 datado em 12/07/2021, Ofício nº 33/2021 datado em 24/02/2021
181 reiterado através do Ofício nº 64/2021 datado em 12/07/2021, que realizou contato com
182 conselheira Eliane Cruz que representa o Gabinete, mas até a presente data não havia resposta.
183 Eliane se manifestou via chat, perguntando se o ofício havia sido respondido via e-mail, e Bruna
184 respondeu que até o início da reunião não. 5. Quanto a Fazenda da Esperança – Casa Laura
185 Vicuña: Ofício nº 34/2021 datado em 24/02/2021 reiterado através Ofício nº 66/2021 datado em
186 12/07/2021. Lívia (assistente social da Casa Laura Vicuña) pediu a palavra e informou que não
187 havia sido identificado antes do e-mail o referido ofício, mas que estavam providenciando a
188 resposta. Bruna finalizou a pauta dizendo que como novo procedimento administrativo, os ofícios
189 serão enviados via e-mail, além de serem impressos e enviados como de costume. **Pauta 5)**
190 **Recebimento Ofício nº 492/2021 Secretaria Municipal da Educação:** Bruna (conselheira) deu
191 recebimento ao ofício nº 492/2021 datado em 21/07/2021 enviado pela Secretaria Municipal de
192 Educação que trata da indicação da Sra. Neli Silvestre de Oliveira Galvão para compor a
193 suplência na representação junto ao Conselho. Luciana (presidente) relembrou que a conselheira
194 Neli, assume também a representação da educação junto a Comissão Específica da Resolução
195 002/2019. **Pauta 6) Recebimento Ofício nº 114/SMS/2021 de 07/04/2021:** Bruna (conselheira)
196 deu recebimento e fez leitura na integra do ofício nº 114/SMS/2021 datado em 07/04/2021 e
197 relembrou aos presentes que o ofício é a resposta ao ofício nº 30/2021 do CMDCA em relação as
198 informações quanto ao caso envolvendo o Sr. Cristhian. **Pauta 7) Recebimento Ofício nº**
199 **642/CT/21:** Bruna (conselheira) deu recebimento e fez leitura na integra do ofício nº 642/CT/21
200 datado em 28/07/2021 que trata de informação de que devido a impossibilidade da suplente



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARATINGUETÁ

www.facebook.com/CMDCAGuaratingueta

Rua Dom Bosco, nº 07, São Benedito, Guaratinguetá/SP – CEP: 12502-070

CNPJ: 18.980.042/0001-00

Telefone: (12) 3133-2163 (12)3122-3157

201 Jussara Beatris Monteiro em cobrir férias, foi acionado o suplente Marcelo Henrique de Oliveira
202 para cobrir período de férias da conselheira Meire de Brito Ferraz. **Pauta 8) Recebimento Ofício**
203 **nº 502/2021 SME – resposta dos ofícios Nº 16/2021, Nº 33/2021, Nº 62/2021, Nº 64/2021, Nº**
204 **71/2021 e Nº 73/2021 enviados pelo CMDCA:** Bruna (conselheira) deu recebimento e fez leitura
205 na íntegra do ofício nº 502/2021 enviado pela Secretaria Municipal da Educação que trata das
206 respostas dos ofícios nº 16/2021, nº 33/2021, nº 62/2021, nº 64/2021, nº 71/2021 e nº 73/2021
207 enviados pelo CMDCA. **Pauta 9) Outros: 1. Recebimento documentação da Obra Nossa**
208 **Senhora da Glória Fazenda da Esperança:** Bruna (conselheira) deu recebimento do envelope
209 contendo documentação enviada pela Fazenda da Esperança referente a pedido de registro das
210 Creches São Pedro Apostolo e Nossa Senhora de Lourdes, e que a documentação será enviada a
211 Comissão da Resolução 002/2019 para análise de parecer. Bruna disse que caberá a comissão uma
212 análise atenta a documentação, pois na primeira análise feita pela executiva, constam documentos
213 da antiga mantenedora e não há laudo da Vigilância Sanitária. Eugenia (conselheira) sugeriu que o
214 CMDCA deveria “agilizar” o processo de avaliação e certificação das creches em prol das
215 crianças atendidas. Bruna disse que assim como o CMDCA sempre teve o cuidado de zelar pelo
216 disposto na Resolução 002/2019, dando como exemplo as últimas solicitações de novos registros
217 da Associação Manthiqueira e CAPSi, essa OSC’s passaram por avaliação, foi emitido parecer,
218 realizada visita e até o presente momento não foram registradas, assim deverá ocorrer com as
219 creches, bem como entende que precisa ficar claro que as OSC’s que atuam com segmento
220 criança e adolescente, precisam se atentar ao cumprimento do Estatuto da Criança e do
221 Adolescente. Luciana (presidente) disse que não se trata de uma exigência de conselheiro X ou Y,
222 trata-se de cumprimento com responsabilidade da Resolução 002/2019 do CMDCA. Miriam
223 (conselheira representante da Fazenda da Esperança) pediu a palavra e disse que a entrega da
224 documentação ao CMDCA foi feita às pressas e utilizando a documentação do Santuário Nacional
225 de Aparecida (antiga mantenedora das creches) e diante da exigência feita pela Secretaria de
226 Educação para que a Fazenda esteja registrada no CMDCA. Luciana (presidente) abriu votação
227 via chat, para seguintes providências: 1. Acolhimento da documentação recebida; 2. Envio da
228 documentação para análise e cumprimento do prazo conforme prevê a Resolução 002/2019.
229 Sendo as medidas aprovadas por unanimidade. Vivian (conselheira) manifestou indignação como
230 ocorreu todo processo de “edital” das creches, perguntando se SASIMG havia sido simplesmente
231 deixado de “escanteio” na situação? Elis (conselheira representante do SASIMG) disse que a
232 promotora reconhecia a ilegalidade no processo, contudo o SASIMG não teve condições de
233 “brigar” pois não tinha como assumir as duas creches conforme foi disposto no edital. Vivian
234 sugeriu envio de ofício ao Tribunal de Contas para medidas de verificação do ocorrido. Luciana
235 (presidente) abriu votação via chat, sendo aprovado por unanimidade para elaboração do ofício
236 pela executiva, e envio somente após aprovação do texto pelo colegiado. A votação desta pauta
237 não contou com voto da conselheira Ana Almada (representante da Educação), que justificou
238 posteriormente via chat que a internet estava instável e não conseguiu acompanhar a votação. **2.**
239 **Ofício Casa Laura Vicuña nº 130/2021:** Luciana (presidente) deu recebimento e fez leitura do
240 ofício nº 130/2021 enviado pela Casa Laura Vicuña que trata da decisão de desligamento da



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARATINGUETÁ

www.facebook.com/CMDCAGuaratingueta

Rua Dom Bosco, nº 07, São Benedito, Guaratinguetá/SP – CEP: 12502-070

CNPJ: 18.980.042/0001-00

Telefone: (12) 3133-2163 (12)3122-3157

241 conselheira Michelle Carvalho Rocha, na representação junto ao CMDCA por motivo de saúde, e
242 nova indicação através da assistente social da OSC Sra. Livia Lasmar de Andrade para
243 manutenção da representação junto ao Conselho. Luciana (presidente) abriu votação via chat para
244 acolhimento e aprovação da indicação, sendo aprovado por unanimidade. Luciana (presidente)
245 lembrou que a conselheira Livia, assume também a representação da Proteção Social Alta
246 Complexidade junto a Comissão Específica da Resolução 002/2019. Livia fez uso da palavra e
247 agradeceu o acolhimento, e que precisará de apoio para se inteirar das ações do conselho, e que
248 está disposta a auxiliar no que for preciso para desempenhar um bom papel. **3. Recebimento de**
249 **Ofício da Secretaria Municipal de Administração nº 098/2021:** Luciana (presidente) deu
250 recebimento e fez leitura do ofício nº 098/2021 datado em 02/07/2021 enviado pela Secretaria de
251 Administração que envia cópia da Portaria 12.323 de 14/07/2021 que altera parcialmente a
252 Portaria nº 12.121/21 para substituição da representante Sandra Rosa Di Santo pela servidora
253 Sandra Valeria Soares, mantendo-se a suplência a representante Luciana Ferreira dos Santos.
254 Luciana (presidente) lembrou que a conselheira Sandra Valeria, assume também a representação
255 da Secretaria da Administração junto a Comissão Especial de Trabalho da Aprendizagem
256 Profissional. **4. Ofício do Ministério Público – Casa dos Conselhos:** Luciana (presidente) deu
257 recebimento e fez leitura na íntegra do Ofício MP 201/2021 e cópia da Decisão do Inquérito Civil
258 nº. 14.0276.0000810/2020-5 (SEI Nº. 29.0001.0070836.2020-76) que dispõe sobre o
259 arquivamento do inquérito civil instaurado sobre as irregularidades de acessibilidade na Casa dos
260 Conselhos, considerando a revogação pelo Executivo do decreto municipal que criou a Casa dos
261 conselhos. Vivian (conselheira) manifestou satisfação pela consideração e sinal de respeito da
262 Promotora Dra. Raissa Cesar Molinari, que prestou “satisfação” detalhada do caso ao CMDCA, e
263 indignação com a situação de fechamento da Casa dos Conselhos pelo Executivo. Vivian, disse
264 que a Casa dos Conselhos não foi devidamente utilizada pelos conselhos por conta da pandemia,
265 mas que alguns questionamentos ainda não estão esclarecidos quanto ao ocorrido, por exemplo:
266 se fecharam a Casa e o prédio era alugado como fica o contrato de aluguel? O contrato foi
267 revogado? Houve multa? Ana Almada (conselheira) manifestou via chat da plataforma: “O
268 contrato foi rescindido porque o proprietário não quis fazer as modificações necessárias. E a
269 Prefeitura não poderia por lei assumir esse ônus”. Andreia (conselheira) pediu a palavra e disse
270 que ao contrario de informações que culpabilizam o Conselho da Pessoa com Deficiência pelo
271 fechamento da casa dos conselhos, não se deve esquecer que a manifestação da insatisfação pela
272 falta de acessibilidade na casa ocorreu por parte da população e a luta foi abraçada pelos
273 conselhos de direitos no cumprimento de seu papel. Andreia (conselheira) disse que a promotora
274 de justiça, Dra. Raissa, se mostrou empenhada na situação e vem manifestando interesse em
275 outros prédios públicos que não contam com devida acessibilidade, pois há que se considerar
276 “mau” uso de dinheiro publico com promessa de acessibilidade. Andreia (conselheira) disse que a
277 referida promotora solicitou ao Conselho da Pessoa com Deficiência vistoria no prédio da UPA,
278 devido identificação de irregularidade no que diz respeito à acessibilidade, e que o Conselho da
279 Pessoa com Deficiência pediu prorrogação de prazo a promotoria por causa da pandemia, mas já
280 solicitou a planta do local para fazer a primeira análise, e a planta já está com a Daniele e o



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARATINGUETÁ

www.facebook.com/CMDCAGuaratingueta

Rua Dom Bosco, nº 07, São Benedito, Guaratinguetá/SP – CEP: 12502-070

CNPJ: 18.980.042/0001-00

Telefone: (12) 3133-2163 (12)3122-3157

281 professor Milton conselheiro que irá analisar e depois programar a vistoria no local. Luciana
282 (presidente) disse que com a notícia do fechamento da Casa dos Conselhos, foi formado por
283 iniciativa da presidente do Conselho Municipal da Assistência Social um grupo de whatsapp com
284 os presidentes dos conselhos para pensar estratégias e ações sobre o tema. Luciana (presidente)
285 contou que o presidente do Conselho da Pessoa com Deficiência Sr. Marcus compartilhou
286 informação no grupo, que esteve em reunião com o presidente da Câmara Municipal e que a fala
287 de Arilson foi que não houve dialogo sobre o tema com Executivo e que o dialogo poderia ter
288 evitado o fechamento da Casa, dando a entender que a “culpa” era dos conselhos que
289 “reclamaram”, e que Marcus esclareceu ao presidente da Câmara todas ações, inclusive de
290 reuniões ocorridas com Poder Executivo sobre o tema, mas que ao contrario do que estava sendo
291 disseminado não houve diálogo por parte do Executivo. Luciana (presidente) disse que é preciso
292 maior atenção e articulação por parte dos conselhos de direitos, pelo eminente risco de desmonte
293 dos conselhos. **5. Convite Evento Papo Aberto – Jovens Contra a Violência:** Luciana
294 (presidente) fez apresentação em tela e leitura de convite enviado pelo Ministério Publico de
295 participação de toda rede de atendimento (CRAS, CREAS, escolas, CMDCA) sobre um projeto
296 destinado a adolescentes, e disse que após este evento a promotora de justiça quer conversar com
297 o CMDCA para implantação do projeto no município. **6. Conferências municipais:** Luciana
298 (presidente) informou que o município está realizando através das secretarias da saúde e
299 assistência, as conferências municipais e falou sobre a importância da participação de toda
300 sociedade, devido este ser momento oportuno para participação na formulação de propostas
301 efetivas. **7. Solicitação de fala via chat pelo Conselho Tutelar:** Luciana (presidente) abriu a
302 palavra a conselheira tutelar Leila, que manifestou via chat pedido de fala. Leila disse que em
303 resposta a importante parceria sempre presente e efetiva do CMDCA em prol das melhorias no
304 CT, que havia chegado à resposta do pedido feito a alguns anos pelo CMDCA de “Kit
305 equipamentos” e que um dos itens solicitados era de um novo veículo para o CT, Leila agradeceu
306 em nome do colegiado e em nome dos atendidos, pois receberam informação de que o novo carro
307 para o CT da marca Siena, está disponível na concessionaria aguardando somente últimos
308 trâmites para liberação. Não havendo mais nada a ser tratado, a ata segue assinada pela presidente
309 Luciana Aparecida Silva e a Conselheira do CMDCA Bruna Danielen Oliveira Santos, no dia 05
310 de agosto de 2021.